



POR UM BRASIL PARA CHAMAR DE MEU!

Rosalia de Oliveira Lemos¹

Resumo: Neste artigo, reflito as relações raciais no Brasil, fundamentada na epistemologia feminista negra. Sabe-se que são inúmeros os questionamentos e incertezas sobre a possibilidade de construção de uma nação, na qual a cidadania seja plena para todas as pessoas. As lutas empreendidas pelos Movimentos Negro e Feminista Negro, ao longo dos tempos, atualizam as pautas de reivindicações. O texto apresenta a discussão sobre a mulher Negra; a formação do pensamento racializado na nação brasileira. Abordo, ainda, alguns episódios racistas na atualidade; em seguida, o papel ativista das Mulheres negras será brevemente discutido. As considerações buscam destacar alguns desafios para a construção de uma nação inclusiva

Palavras-chave: nação; racismo; políticas públicas; feminismo negro; Marcha das Mulheres Negras-2015.

FOR A BRAZIL TO CALL MINE!

Abstract: In this article, I reflect the racial relations in Brazil, based on black feminist epistemology. It is known that there are numerous questions and uncertainties about the possibility of building a nation in which citizenship is complete for all people. The struggles undertaken by the Black and Black Feminist Movements, over time, update the claims guidelines. The text presents a discussion about the black woman and the formation of racialized thought in the Brazilian nation. I approach, also, some racist episodes in actuality; then, the activist role of black women will be briefly discussed. The considerations seek to highlight some challenges to building an inclusive nation.

Keywords: nation; racism; public policy; black feminism; March of Black Women-2015.

POUR UN BRÉSIL À APPELER DE MON!

Résumé: Dans cet article, je réfléchis les relations raciales au Brésil, basée en l'épistémologie féministe noire. On sait que sont nombreuses les questionnements et incertitudes quant à la possibilité de construire une nation dans laquelle la citoyenneté est plein pour toutes les personnes. Les luttes entrepris pour les Mouvements Noirs et Féministes Negro, au fil du temps, actualisent les ordres de revendications. Le texte présente une discussion sur la femme Noire; la formation du penser racialisé dans la nation brésilienne. J'aborde, encore, quelques épisodes racistes dans l'actualité; alors le rôle activiste des Femmes noires sera brièvement discuté. Les considérations visent à détacher aucuns défis pour la construction d'une nation inclusive.

Mots-clés: nation; racisme; politiques publiques; féminisme noir; Marche des Femmes Noires-2015.

¡POR UN BRASIL PARA LLAMAR DE MÍO!

Resumen: Este artículo, refleja las relaciones raciales en Brasil, fundamentada en la epistemología feminista negra. Son números los cuestionamientos e incertezas sobre la

¹ Doutoranda em Política Social – UFF/IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.



posibilidad de construcción de una nación, en la cual la ciudadanía sea plena para todas las personas. Las luchas emprendidas por los Movimientos Negro y Feminista Negro, al largo del tiempo, han actualizado las pautas de reivindicaciones. El texto presenta la discusión sobre la mujer Negra; la formación del pensamiento racializado en la nación brasileña. Traigo, aún algunos episodios racistas en la actualidad; en seguida, el papel activista de las Mujeres Negras será brevemente discutido. Las consideraciones buscan destacar algunos desafíos para la construcción de una nación inclusiva.

Palabras-clave: nación, racismo, políticas públicas, feminismo negro, Marcha de las Mujeres Negras-2015.

INTRODUÇÃO

História para ninar Cassul- Buanga [1]

Um dia, Cassul-Buanga, alguns chegaram:
A pólvora no peito, uma bússola nos olhos

E as caras inóspitas vestidas de papel.

Vieram numa nau de velas caras,

Bordadas de cifrões.

Suas mãos eram de ferro

E falavam um dialeto

De medo e ignorância.

E fomos.

Amontoados, confundidos, fundidos, estupefatos

Nossas dignidades eram dadas mar atrás

Aos peixes.

Chegamos:

Nosso suor foi o doce sumo de suas canas

– nós bagaços.

Nosso sangue eram as gotas de seu café

– nós borras pretas.

Nossas carapinhas eram nuvens de algodão,

Branças,

Como nossas negras dignidades

Dadas aos peixes.

Nossas mãos eram sua mão de obra.

Mas vivemos Cassul. E cantamos um blues!

E na roda um samba

De roda

Dançamos.

Nossos corpos tensos

Nossos corpos densos

Venceram quase todas as competições.

Nossos poemas formaram um grande rio.

E amamos e nos demos.

E nos demos e amamos.

E de nós fez-se um mundo.

Hoje, Cassul, nossas mulheres

– os negros ventres de veludo –

Manufaturam, de paina, de faina



Os travesseiros
Onde nossos filhos,
Meninos como você, Cassul-Buanga,
Hão de sonhar um sonho tão bonito...
Porque Zâmbi mandou. E está escrito.

Nei Lopes, 1996

Os versos de Nei Lopes falam do negro brasileiro em Diáspora, fenômeno que deflagrou do sequestro de humanos da África por serem considerados seres inferiores pelos colonizadores. Ancorada em episódios de massacre-extermínio, violência física e simbólica, de total desumanidade e de extrema truculência, a colonização teve como saldo a pulverização de populações negras no planeta e suas diferentes nações foram subdivididas em múltiplos e diferentes territórios. Foi um êxodo humano forçado tendo pessoas arrancadas da terra natal.

A África e a América Latina foram os continentes que mais sangraram com ação do domínio dos europeus, que investiam na potencialização econômica, tecnológica e política, julgando-se superiores em sua Humanidade. De acordo com. M'Bow (2010)

Desde que foram empregadas as noções de “brancos” e “negros”, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada. (M'Bow, 2010, p. XXII).

Com o processo de colonização, a questão da identidade sofreu grande interferência e mudanças. Ao analisar a Diáspora Caribenha, Hall (2003) contribuiu para difundir sua visão sobre os reflexos na população negra, através da análise sobre o que ocorreu com as mulheres indígenas:

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo — dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser "sagrada", pois foi "violada" — não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. Em vez de um pacto de associação civil lentamente desenvolvido, tão central ao discurso liberal da modernidade ocidental, nossa



"associação civil" foi inaugurada por um ato de vontade imperial. O que denominamos Caribe renasceu de dentro da violência e através dela. A via para a nossa modernidade esta marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial. Não é de surpreender que na famosa gravura de van der Straet que mostra o encontro da Europa com a America (c. 1600), Américo Vespúcio é a figura masculina dominante, cercado pela insígnia do poder, da ciência, do conhecimento e da religião: e a "America" e, como sempre, alegorizada como uma mulher, nua, numa rede, rodeada pelos emblemas de uma — ainda não violada — paisagem exótica. (Hall, 2003, p. 30-31).

As terras invadidas nunca foram territórios vazios ou sem tradição, história e culturas, no entanto, os dominadores tentaram esvaziar as mentes dos dominados. O sofrimento imposto pela ação colonialista deslocou a capacidade de os povos originais exercerem suas vidas plenamente, obrigando-os a se deslocarem para um espaço adimensional de lutas constantes, pela garantia de suas existências. O regate em Hall (2003) da pintura da mulher indígena na gravura de van der Straet na figura 01 serve como ilustração:

Figura 1. “Despertar” da Índia Tupinambá pelo Colonizador Américo Vespúcio



Fonte: <http://oridesmjir.blogspot.com.br/2012/08/os-grandes-descobrimentos-geograficos.html>

O Brasil não fugiu à regra. Houve a dizimação da população indígena, a exploração do corpo da mulher negra e a ferocidade contra o homem negro, que de acordo com Carvalho (2003, p. 20), “os índios brasileiros foram rapidamente dizimados. Calcula-se que havia à época do Descobrimento cerca de quatro milhões de índios. Em, 1823 restavam menos de um milhão”.

No estudo em Hall (2003) ver-se a imagem da mulher indígena em terras caribenhas como objeto sexual e propriedade. No Brasil, para além das Iracemas “de



Lábios de Mel”², a mulher negra foi torturada, assassinada e explorada. Foi a cuidadora da casa, dos idosos e das crianças. E a função mais aviltante foi assumir - forçadamente -, a iniciação sexual dos meninos da Casa-Grande e se tornou alvo para saciar a libido do senhor de engenho.

Assinala Carvalho (203, p. 20-21), que a miscigenação nesse período, no caso das escravas africanas no Brasil “tinha o estupro como regra” e, de acordo com registro em Freyre (2006, p. 456), essa mulher negra da senzala era responsabilizada por facilitar a “depravação do menino nos tempos patriarcais”, ao “abrir as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço”. Denuncia esse autor, que houve, sim, a obrigatoriedade para que a violência aconteça, ou seja a mulher negra foi obrigada a ter seu corpo violado.

Nota-se, no entanto, que Freyre (2006) desconsidera a existência do fator racial e das relações de gênero diante da exploração sexual a que as mulheres negras estavam subjugadas. Ele justifica tal comportamento dos senhores de engenho, fazendo alusão apenas ao aspecto econômico que norteou tal prática social:

A verdade, porém, é que nós fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques³ e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido nesse ensaio. (Freyre, 2006, p. 462).

O sadismo brasileiro a que se refere o autor, produziu efeitos irreparáveis para as mulheres negras até os dias atuais, uma vez que permeiam tais concepções nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Viso, portanto, refletir sobre as relações raciais no Brasil, fundamentada na epistemologia feminista negra. Sabe-se que são inúmeros os questionamentos e incertezas sobre a possibilidade de construção de uma nação, na qual a cidadania seja plena para todas as pessoas. As lutas empreendidas pelos Movimentos Negro e Feminista Negro, ao longo dos tempos, atualizam as pautas de reivindicações. O texto apresenta a discussão sobre a mulher negra tendo como base a formação do pensamento

² Iracema musa indígena que dá nome ao livro de José Alencar, lançado no ano de 1865 retrata a relação de um português e uma mulher indígena.

³ Para Freyre (2006) o termo moleque designa crianças e jovens negros e menino é usado para os de pele branca.



racializado na nação brasileira. Abordo, ainda, alguns episódios racistas na atualidade. Em seguida, o papel ativista das mulheres negras será brevemente discutido. Nas considerações finais importa destacar alguns desafios para a construção de uma nação inclusiva.

A seguir, a mulher negra merecerá atenção.

A MULHER NEGRA

A imagem da mulher negra construída pela visão européia e incorporada em solos brasileiros sempre teve ressaltada as funções de serviçal e objeto sexual, podendo encontrar informações em diferentes aportes documentais, que reproduzem desde as relações cotidianas e as construções de teorias científicas às artes produzidas em tempos remotos e atuais. Observa-se, no entanto, poucas mudanças, quanto à exposição do corpo e na visão-classificação das mulheres na diáspora africana.

Retrocedendo no tempo, as imagens concebidas sobre a mulher negra estão presentes em algumas obras da cultura francesa, como o “Retrato de uma Negra” (figura 02), de Marrie-Guilhermine Benoist e no “Retrato de uma Menina” (figura 03), de Jean Baptiste-Camille Carot. Ambas produzidas em 1800, ilustram a reflexão, corroborada no estudo de Mauad (1996, p. 15), ao dizer que “a história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura”.

Figura 2. Retrato de uma negra



Fonte: <http://temasdeartecontemporanea.blogspot.com.br/2013/07/publicidade-mescla-o-moderno-e-o-vintage.html>



Figura 3. Retrato de menina



Fonte: <http://temasdeartecontemporanea.blogspot.com.br/2013/07/publicidade-mescla-o-moderno-e-o-vintage.html>

Como a cor da pessoa está estritamente associada a definição e demarcação dos papéis que as raças desempenham social e culturalmente, no Retrato de uma negra é visível o corpo seminu em contraponto à pureza no Retrato da Menina, totalmente vestido com rendas mostrando sua candura.

Na releitura comercial – na qual modelos posam para propaganda de sapatos reproduzindo os quadros originais –, os seios da mulher branca estão cobertos e tendem a pular do vestido que cobre todo seu corpo. O semblante e o cabelo – cuidadosamente penteado –, entram em choque com os da negra. Os cabelos (negados) são escondidos por um turbante combinando com o tecido. O corpo, seminu. Um corpo negro disponível, para não fugir a regra. O corpo branco protegido.

A dicotomia da **cor**⁴ e a questão racial em Frantz Fanon (2008), no clássico *Pele Negra, Máscaras Brancas* faz refletir, que para o negro, “quando falam que o ama, dizem que o fazem apesar cor; quando o detestam, acrescentam que não é por causa da cor”, o que para ele isso “é o aprisionamento, aqui ou ali, a um círculo infernal” e mais:

A evidência estava lá. Implacável. Minha negrura era densa e indiscutível. Ela me atormentava, me perseguia, me perturbava, me exasperava.

Os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos. Mais eu sabia que, no meu caso, essas afirmações eram falsas. Havia um mito negro que era preciso, antes de mais nada, demolir. Não estávamos mais no tempo em que as pessoas se impressionavam diante de um padre preto. Tínhamos médicos, professores, estadistas... Sim, mas em todos esses casos algo de insólito persistia. “Nós

⁴ Utilizaremos a concepção de cor adotada em Fanon referenciadas em Deus (2010, p. 1) “Nessa obra Fanon compreende o que ele chama de preconceito de cor e eu chamo de Racismo, como um fenômeno superestrutural que reflete a irracionalidade da estrutura que o produz. Os estudiosos de psicanálise costumam dizer que o que Fanon procura compreender é o duplo-narcisismo produzido por esse fenômeno superestrutural: o branco escravo de sua branquidade e o negro escravo de sua negrura”.



temos um professor de história senegalês. Ele é muito inteligente... Nosso médico é um negro. Ele é muito cordial”. (Fanon, 2008, p. 109).

A percepção e concepção sobre a população negra tem povoado o consciente coletivo e individual, servindo de alimento para noites e dias de encontros-desencontros em busca de restabelecer o elo com próprio ser. Vive-se uma era, que se tornam necessárias novas interações nas construções sociais, negociações e renegociações individuais e coletivas. Urge o nascer de nova ordem dentro dessa coletividade, que tem sido ditada pelos padrões alienígenas à cultura e à história negra, que são estigmatizadas cotidianamente, mesmo passados tantos períodos e ciclos de colonialismo e neocolonialismo.

O poder dos meios de comunicação tem contribuído para a naturalização e manutenção de estigmas e estereótipos em virtude da cor e da raça. Como exemplo, vale lembrar a novela *Da Cor do Pecado*⁵, exibida no ano 2004, cuja protagonista foi a atriz Thaís Araújo. Nessa novela percebe-se tanto no nome, quanto na logomarca usada na divulgação e na abertura, o uso do corpo da mulher negra exibindo seu colo, numa associação direta ao prazer aliada à advertência pecaminosa de tal transgressão: a cor do pecado!

Figura 4. Logomarca da telenovela “Da Cor do Pecado” – Rede Globo de Televisão/2004



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Da_Cor_do_Pecado

Ao falar sobre Diáspora negra, não importa se o local seja a Martinica, de Frantz Fanon e de Aimé Cesáire; o Senegal, de Léopold Sédar Senghor; a França, de Michel

⁵ Da Cor do Pecado é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Rede Globo, que foi ao ar entre 26 de janeiro a 27 de agosto de 2004.



Foucault; os Estados Unidos, de Malcolm X, Bell hooks e Marcus Garvey; a África do Sul, de Steve Biko; a Jamaica, de Stuart Hall; a República Democrática do Congo, de Patrice Lumumba; o Brasil, de Lima Barreto, Cruz e Souza, Lélia Gonzalez, Zélia Amador, Abdias do Nascimento, Carolina de Jesus e Jurema Werneck. Comumente negras e negros serão apresentados de forma depreciativa, vivendo as mesmas mazelas, não importando as especificidades territoriais e culturais. É reproduzida uma realidade de apartamento da sua condição humana.

Ao interseccionar cor, raça, classe ou orientação sexual uma determinada sociedade acentua a estratificação identificável nos baixos indicadores sociais para as populações historicamente discriminadas – negras e indígena. Existe a crença na sutileza e cordialidade do racismo, entretanto quando analisada a qualidade de vida destas populações, verifica-se a inconsistência de tal falácia. E o mais grave está na tentativa de inculcar na sociedade como um todo de que se vive uma *democracia racial*, o que para Moura (1988, p. 63-64):

significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica, onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa busca simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetam uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado a ideologia do escamoteamento capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos inter-étnicos se realizam no Brasil.

A pretensa democracia racial preconiza a igualdade de direitos para todos os entes federativos, no entanto torna-se um mito, uma vez que esta igualdade não existe de fato, o que é tornando-se visível quando são analisados indicadores sociais.

Na representação política, por exemplo, muito trabalho há de que ser feito para alcançar equidade na ocupação dos cargos eletivos. Recentemente, com a minirreforma eleitoral, em função da aprovação da Lei nº 12.034/2010, os partidos políticos deverão preencher um mínimo de 10% das vagas com candidaturas de mulheres (não estamos falando de reserve e sim da garantia no número de cadeiras).

Outro aspecto importante foi a destinação de, no mínimo 5%, de suas receitas para ações relacionadas à participação política das mulheres. A lei instituiu ainda, um tempo mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a



participação das mulheres na política. (INESC, 2014). Sendo, portanto, imprescindível desprender tempo e esforços para as disputas no interior dos partidos e assim garantir recursos e tempo de propaganda para as mulheres negras. Ressalto que esta lei foi fruto da luta das mulheres, uma vez que representam a minoria no parlamento brasileiro. E, em se tratando de mulheres negras, a representatividade baixa é ainda mais acentuada.

Tais transformações visam a ampliação da participação da mulher na política, apesar de o eleitorado brasileiro nas eleições de 2014 ter sido 52,1% de mulheres e 47,9% de homens. A figura 05 apresenta a síntese da corrida eleitoral no ano de 2014.

Figura 5. Corrida eleitoral/2014

CORRIDA ELEITORAL*									
CANDIDATURAS					ELEITOS				
Mulheres	Negros (homens + mulheres)	Mulheres Negras	Indígenas	Jovens	Mulheres	Negros (homens + mulheres)	Mulheres Negras	Indígenas	Jovens
2277	2965	998	27	466	56	111	12	0	23

Fonte: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos>

Parece ser contraditório esses dados em um país de maioria feminina e negra. Então nos perguntamos: mulher não vota em mulheres? Negro não vota em negros? Sem dúvida alguma isso é o que as estatísticas apontam de acordo com a figura 05. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2014):

Mesmo que os partidos em geral respeitem o critério das cotas de 30% para candidatas do sexo feminino, o fato é que a ausência de regulação que determine uma proporcionalidade étnico-racial exime as agremiações políticas de consolidar candidaturas de mulheres negras e indígenas. No caso de negras e negros (considerando a composição analítica pretos + pardos) e de indígenas, como já mencionado, diversos fatores contribuem para sua sub-representação na vida política resultantes, essencialmente, do racismo e do sexismo. Ainda que o número de candidatos negros(as) não seja negligenciável, 44,2%, somente uma minoria consegue se eleger, devido aos mecanismos que privilegiam as candidaturas de homens, geralmente brancos e com maior poder aquisitivo. (INESC, 2014, p. 07).

A situação atual é extremamente desvantajosa para as mulheres negras com o percentual de apenas 4% de senadoras e 2% de deputadas federais, e que pode ser observado na figura 06:

Figura 6. Gênero e Raça da representação política no Brasil



Fonte: <http://blogs.iadb.org/ideacao/2015/05/12/o-efeito-dinheiro-genero-e-raca-resultado-eleitoral/>

A baixa representatividade política das Mulheres negras no parlamento brasileiro permanece com o passar dos tempos. Nos idos dos anos de 1983, por exemplo, Lélia Gonzalez (1983) fez importante crítica pública, ao programa eleitoral do PT – Partido dos Trabalhadores, transmitido em cadeia nacional no dia 05 de agosto:

Para não fugir à regra, o PT na TV não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do País, exceto um, que foi “esquecido”, “tirado da cena”, “invisibilizado”, recalcado. É a isto, justamente, que se chama de “racismo por omissão. E este nada mais do que é um dos aspectos da ideologia do branqueamento, que colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, europocêntrico. Ao lado da noção de “democracia racial”, ela aí está, não só definindo a identidade do negro, como determinando seu lugar na hierarquia social; não só fazendo “a cabeça” das elites ditas pensantes quanto das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias”. (Gonzalez, 2014, p. 85).

Registra-se atualmente, que as demandas da população negra são recorrentemente demandadas por todas as agremiações partidárias, inclusive com



apresentadores(as) negros(as) em grande maioria. No entanto, quando se verifica a composição racial em suas instâncias internas, é visível a ausência de negros e negras ocupando cargos de comando. Na disputa eleitoral, as mulheres negras estão, entre aqueles com menores recursos para campanhas.

A maior diferença se observa entre homens e mulheres de ascendência africana. As candidatas afrodescendentes gastaram US\$1,21 milhão e apenas 1,3% foram eleitas, enquanto os candidatos afrodescendentes gastaram um pouco menos, mas estatisticamente não significativo (uma média de US\$ 1,20 milhão) e tiveram uma taxa de sucesso quatro vezes maior (5,5 %). Os candidatos brancos apresentaram a maior taxa de sucesso de todos os grupos, 13,9%, apesar de seus fundos serem estatisticamente mais significativos do que as candidatas brancas (US\$ 1,48 e US\$ 1,43 respectivamente). Apenas 4,1% das candidatas brancas da Câmara dos Deputados foram eleitas. (BID, 2014).

O estudo ainda aponta que outras barreiras devam ser ultrapassadas para o sucesso das candidaturas de mulheres negras, como cotas, formação, enfrentamento ao racismo e sexismo.

O racismo, a exclusão, a miséria, a pobreza, as desigualdades (educacional, social, política, etc.), as segregações residenciais urbanas e as violências – institucional, física, psicológica e *simbólica*, dentre outros –, são os principais problemas que demarcam a fronteira que separa brancos de negros de maneira desigual. Não resta dúvida que a origem deste quadro está na forma em que a nação foi se estruturando em solos brasileiros, o que veremos a seguir.

UMA NAÇÃO RACIALIZADA DESDE SUAS ORIGENS

Segundo Mangone (1987, p.800), nação é a mais vasta sociedade de pessoas unidas por uma consciência e cultura comuns, tendo um sentimento profundo sobre sua própria história, de sua religião, sua originalidade cultural e de sua linguística, podendo existir como comunidade histórica cultural, independentemente de autonomia política ou soberania estatal. No caso brasileiro, tal definição é muito reducionista, uma vez que diferentes culturas, línguas e religiões estiveram – e estão – presentes em toda sua vasta dimensão territorial.

O termo nação origina-se do latim *natio* derivada de *nāscor* – (nascer). Assim, nação significa nascimento, mas também “povo”, “espécie” ou “classe”. Esta concepção se divide em duas representações: a primeira, *nação política*, comporta os aspectos de



âmbito jurídico-político e sua soberania enquanto Estado; já a segunda, *nação cultural*, diz respeito à associação das características culturais entre seus integrantes (socioideológicas). Neste sentido, um Estado-Nação é um lar que se identifica como uma determinada nação-cultural.

Para Bobbio (1998, p. 795) nação, em seu percurso histórico, é definida como um grande paradoxo surgido no decorrer da Revolução Francesa. E, desde meados do século XX até os dias atuais, constitui-se como um dos fatores mais importantes no condicionamento do comportamento humano na história política e social.

A reflexão de Bauman (2005, p. 15) ao discorrer sobre sua dificuldade em escolher o hino que iria ser tocado quando ao seu recebimento do título de Doutor *Honoris Causa*, na Universidade Charles, de Praga, ilustra este debate acerca da concepção de nação. Sua reflexão pautava-se na escolha entre os hinos da Polônia (país que nasceu e que foi banido e onde perdeu o direito de ensinar por questões políticas), e o da Grã-Bretanha (país que escolheu e pelo qual foi escolhido por meio de uma oferta para lecionar). Relembrou que na Grã-Bretanha era um estrangeiro, um recém-chegado não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho. E, ainda, relatou que se naturalizou britânico, mas sempre se indagava se uma vez recém-chegado seria possível abandonar essa condição algum dia. Ele não tinha a intenção de ser confundido com um inglês. Seus alunos e colegas jamais duvidaram que era um estrangeiro, mais exatamente, um polonês.

Este relato serve como exemplo sobre as implicações sociais e existenciais pertinentes ao debate acerca da nacionalidade. A controvérsia presente na “escolha” Zygmunt Bauman foi resolvida de maneira conciliatória. Sua decisão se deu pela execução do hino nacional Europeu, pois Bauman estava proibido de usar a cidadania polonesa, mas essa escolha soou de forma ambígua, por ter sido uma decisão “includente” e “excludente”. (Bauman, 1998, p. 16).

Assim como em Bauman (1998), o sentimento de pertencimento e aceitação à uma determinada nação, esteve presente em diversos países da Diáspora Negra, quando pessoas sequestradas do continente africano foram obrigadas a se transformar em estrangeiros em terras dominadas pelos europeus.

Estima-se que para o Brasil foram trazidos quatro milhões de africanos – sem contar os que foram submetidos ao massacre-extermínio durante a travessia do Oceano Atlântico. Estima que 11,2 milhões chegaram com vida no Novo Mundo (Gates JR,



2014). O comércio humano foi responsável para o desenvolvimento de uma enorme empresa comercial, que estruturada em sistema político, jurídico e econômico concentrou renda e riqueza para os dominadores.

De acordo com Foucault (2010, p. 201), “um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder”: se vocês preferirem, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico, ou, pelo menos, certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico”.

A nação, portanto, se configura como um espaço além de real, um abrigo para relações simbólicas e se constitui por um conjunto de micro espaços, onde se desenvolvem tensões, conflitos, disputas entre os indivíduos.

Neste sentido, não cabe analisar a concepção de nação tomando como base apenas a dimensão econômica. Faz-se necessário estabelecer rupturas com as visões economicistas, como indica Bourdieu (2012, p. 133), levando ao rompimento com o objetivismo que caminha ao lado com o intelectualismo e tenta ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais, está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de um dos campos e entre os diferentes campos.

As dinâmicas sociais não são frutos do acaso decorrem por múltiplos determinantes e são influenciadas diretamente pelas ações dos indivíduos que, geralmente, provocam mudanças agindo como um campo de força e assim, interferindo nos rumos das nações. Deve ser observado que as transformações contextuais nestas dinâmicas são orientadas pelo capital cultural, capital social e capital simbólico dos indivíduos dentro do campo social, o que Bourdieu (2012, p. 134-135) são descritos como um sistema multidimensional de coordenadas e cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis.

Na primeira dimensão, o capital cultural, os agentes se distribuem segundo o volume global do capital que possuem como propriedades, títulos escolares, nível social, características étnico-raciais. Logo, a construção ou transformação de uma nação se fundamentada nessas correlações de força possibilitando – ou não – a mobilidade e a potencialidade dos outros capitais, para os agentes individuais e coletivos, em um movimento de interseção de espaços. (Bourdieu, 2012, p. 134-135)



Foi o que aconteceu com as transformações no mundo escravagista, a resistência negra era uma constante e se pautava na busca de um novo modelo de nação. No entanto, a elite local, com seu poder horizontal, mantinha as estruturas brasileiras inabaladas por mais de 300 anos, salvo uns e outros focos de resistência, como por exemplo a formação de diversos quilombos (Reis, 1989). Outros exemplos não faltam: inúmeras revoltas e levantes, organizações sindicais, jornais alternativos e outros exemplos de contramovimentos (Polany, 2012)⁶ em nosso país.

Ao longo da história de formação da nação brasileira foram realizadas reflexões sobre os problemas gerados pelas práticas de exclusão/exploração, entenderam-se as motivações indutoras da perpetuação e foi identificada a capacidade de atualização de estigmas, preconceitos e racismo, que em nada contribuía – ou contribuem – para a promoção de uma nação inclusiva.

O debate sobre a construção do sentido nação é frequentemente retomado, pois tal conceito não está no campo das ideias, mas sim nas práticas cotidianas, na identidade, na cultura, nos aspectos históricos de uma determinada comunidade. Faz-se necessário então, intensificar não só o debate, como também mudanças estruturais necessárias tendo em vista a existência de inúmeros conflitos decorrentes de atitudes racistas atualmente, como veremos a seguir.

EPISÓDIOS RACISTAS NA ATUALIDADE

Ações de violência, física, psicologia, racial, sexual e simbólica tem sido regra na formação da nação brasileira que se perpetuam. Intuia-se que o desenvolvimento tecnológico, o alcance de maior acesso à educação, a conquista de melhores condições sanitárias, - o estado primitivo nas relações sociais iria se delocar em direção às condutas humanas, civilizadas e éticas. Vive-se jutamente o contrário, vive-se

⁶ O início do sistema de mercado, ou melhor, a institucionalização do capitalismo liberal na Inglaterra foi caracterizado pelo nascimento da sociedade de mercado autorregulado. Esse processo acarretou um contramovimento, que tencionou a sociedade, na busca de frear a intensidade desse novo modelo econômico e social, com vistas a minimizar os efeitos danosos dessa nova ordem econômica, controlada e dirigida apenas pelos mercados. A dinâmica social, fruto da dicotomia entre a economia e a vida social, uma vez que antes, as transações comerciais eram organizadas por princípios de reciprocidade, redistribuição e pela domesticidade, acarretou transformação radical do homem e da natureza, sendo os primeiros tratados e classificados como mercadorias. A desumanização, a exploração, a desagregação social e cultural, a pauperização, e outros tantos males configura-se em um verdadeiro *moinho satânico*, no qual a sociedade humana poderia ter sido aniquilada, não fossem a existência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desses mecanismos autodestrutivos. (Polany, 2012, p. 82).



justamente o oposto, visto ser notório o recrudescimento do racismo e o acirramento dos conflitos. Com isso, toda a atenção e reação devem ser direcionadas e intensificadas, visando uma solução final em tais atitudes.

Os episódios ocorridos no ano de 2014 servirão para ilustrar conflitos raciais que se tornaram públicos – tanto nas mídias oficiais, como nas alternativas –, que refutam os argumentos de Magnoli (2009), Kamel (2016) e Maggie (2010), quanto às crenças de que a sociedade brasileira não é pautada por diferenças raciais. Então, vamos aos fatos:

A figura 07 se refere à propaganda de joias nas vésperas do Dia Internacional da Mulher, em 06 de março de 2014, para celebrar “O dia da mulher brasileira”⁷. A loja Riachuelo, ao apresentar sua campanha publicitária produziu um comercial – vídeo de trinta segundos –, no qual aparecia uma mulher negra, como acessório à parte, tendo seus braços, mãos e sombras ajudando uma mulher branca colocar seus acessórios – colares e sapatos. O que chocou foi à expressão de subserviência da mulher negra em relação à mulher branca.

Figura 7. “O dia da Mulher Brasileira” – Propaganda Riachuelo



Fonte: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/internautas-acusam-campanha-da-riachuelo-de-racista>

Tal fato provocou a reação nas redes sociais, como no blog *Blogueiras Negras*⁸, merecendo a crítica da blogueira Zaira Pires e das inúmeras mulheres negras brasileiras, que denunciaram a presença da mulher negra no comercial numa postura de serviçal.

⁷ Apesar de ter sido retirada do ar, algumas cópias circulam no Youtube. Disponível em: <http://youtu.be/3GPFMI5WtFI>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

⁸ Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/03/06/dia-internacional-da-mulher-branca/>. Acessado em 06 de março de 2014.

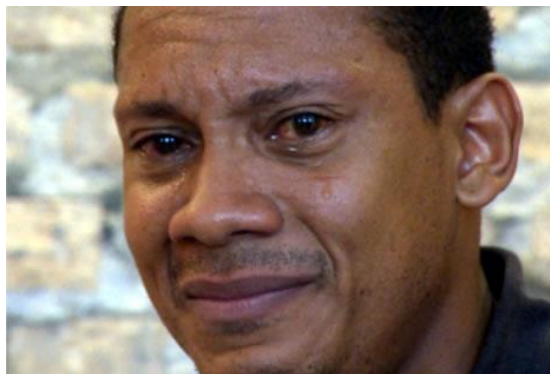
A empresa retirou o comercial de circulação e divulgação que a exclusão não faria mais parte das coleções ou comunicações da marca de acordo com o texto abaixo:

“A Riachuelo tem o maior orgulho de ter sido a primeira grande rede do Varejo de moda a perseguir uma meta: DEMOCRATIZAR A MODA. Para nós, todas as mulheres são especiais. Elas não têm cor, raça ou credo. E todas brilham. Democratizar é incluir sempre e cada vez mais. A exclusão nunca fez e nunca fará parte de nossas coleções ou de nossa comunicação” (Adnews, 2014).

Porém, o argumento de que *as mulheres não tem cor* corrobora o pensamento em Gonzalez (1984, p. 224) quando fala que “do lugar em que nos situamos irá determinar nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”. Essa campanha reproduz o pensamento hegemônico vigente, mas a reação das feministas negras fizeram-na sair da mídia.

Outro episódio racista foi a dor pública do árbitro de futebol Márcio Chagas da Silva, quando no jogo do Campeonato Gaúcho, no dia 02 de março de 2014, após apitar a partida entre o Esportivo e Veranópolis, na Montanha dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, encontrou seu carro danificado e com bananas enfiadas no cano de descarga.

Figura 8. O choro do árbitro de futebol Marcio Chagas da Silva



Fonte: <http://globoesporte.globo.com/rs/noticia/2014/03/arbitro-chora-apos-episodio-de-racismo-no-gauchao-pensei-no-meu-filho.html>

Para o árbitro, a agressão racista naquele momento atingiu sua condição pertencimento à humanidade, o levando até mesmo refletir sobre o futuro de seu filho, de acordo com o relato abaixo:

“Quando me deparei com meu veículo com as portas amassadas e bananas por cima... banana no cano de descarga, eu fiquei muito decepcionado por ser tratado dessa forma, já que vivemos numa cidade relativamente educada e



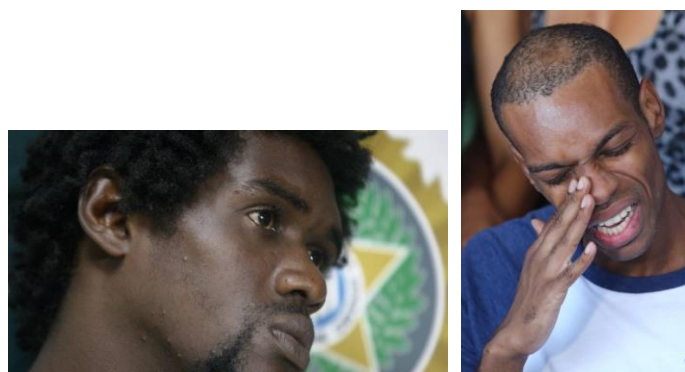
evoluída. Eu pensei no meu filho. Pensei: ‘Eu vou dar um beijo no meu filho’ e dizer "cara, para ti isso não vai acontecer porque isso é muito ruim, é muito ruim", afirmou, entre lágrimas. (Silva, apud Huffpost Brasil, 2014).

As palavras de Márcio ressoam ancoradas no pensamento de Fanon (2008, p. 103), ao dizer que “chegou ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos”. Não raramente, a surpresa com a vivência do racismo, em virtude de sua negritude, muitas vezes, foge à compreensão racial de quem vive tal experiência.

Analisando as últimas declarações e redefinições profissionais do árbitro, lamenta-se que o episódio tenha provocado tanta dor, chegando ao nível de antecipar o encerramento de uma carreira de vitórias – foi eleito por três vezes o melhor dentre todos os profissionais da área no Sul do Brasil. Segundo Márcio, sua decisão foi influenciada pelo racismo que viveu e seu descontentamento em relação a punição proposta aos agressores pelo Clube Esportivo. (ZH Gauchão, 2014).

O terceiro ato racista, aconteceu com um jovem psicólogo e ator, Vinícius Romão, de 26 anos, quando no 10 de fevereiro de 2014 foi acusado por uma mulher por ter roubado sua bolsa. Ficou preso por 16 dias na Casa de Detenção Patrícia Acioli, em São Gonçalo/RJ (O Extra, 2014).

Figura 9. “Elemento Cor Padrão” para a Polícia



Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-prende-suspeito-de-assaltar-mulher-que-acusou-ator-por-engano-11813209.html>

A prisão foi decretada por um policial ao passar pelo local, que não tinha presenciado o delito. O “agente da lei” ouviu apenas os argumentos da “vítima”. A



eterna prática de determinados agentes da segurança pública em considerar “todo preto é bandido” ou de classificar homens negros de “elemento cor padrão”. Para o policial inquisidor, um negro presente no local, momentos antes de acontecer uma infração, só poderia ser o culpado. Segundo Hall (2003):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representação. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto nossa concepção que temos de nós mesmos. (Hall, 2003, p. 50).

Sabe-se que a cultura nacional associa o negro à negatividade e ao banditismo, faz parte das estruturas institucionais, configurando uma face do racismo institucional. O perigo em naturalizar este pensamento e prática tem em Memmi (1977) a reflexão que pode auxiliar para entender o perdão que o jovem Vinicius Romão deu aos seus algozes:

Teria sido ótimo se esse retrato mítico houvesse permanecido puro fantasma, olhar lançado sobre o colonizado, que apenas atenuaria a má consciência do colonizador. Levando pelas mesmas exigências que o suscitaram, não pode deixar de traduzir-se *efetivamente* em condutas efetivas, em comportamentos ativos e constituintes. Uma vez o colonizado é *presumido* ladrão, é preciso prevenir-se *efetivamente* contra ele: suspeito por definição, por que não seria culpado? Roupas foram roubadas (incidente frequente nessas regiões ensolaradas onde a roupa seca em pleno vento e zomba daqueles que estão nus). Qual deve ser o culpado senão o primeiro colonizado encontrado nas proximidades? E, uma vez que pode *ser* ele, vão à sua casa e o levam ao posto policial. (Memmi, 1977, p: 84).

Mas, o policial não foi à residência de Vinicius, ele se encontrava nos arredores de sua casa, o que facilitou o trabalho do “colonizador”. Lá ele foi algemado. Lá ele foi aprisionado.

A anulação do encarceramento só foi possível, após grande mobilização de amigos e familiares nas redes sociais pressionaram as autoridades para reverem o caso:

Nós fomos saber recentemente que ele estava preso, no domingo. Quando voltamos aqui com uma amiga nossa, que é advogada e que conseguiu entrar no presídio, ficamos muito preocupados com a situação dele, já que ela voltou chorando lá de dentro. Foi aí que nos mobilizamos e divulgamos o caso nas redes sociais", contou Vinicius Melich, que é amigo de infância da vítima. (O Globo, 2014)⁹.

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/ator-presos-por-engano-e-solto-no-rj-depois-de-passar-16-dias-na-cadeia.html>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

O cabelo de Vinicius Romão foi raspado, como pode ser visto na figura 9. Houve a exposição pública de sua imagem, como se fosse um bandido e, o mais surpreendente foi a alegação da delatora, ao se negar aparecer publicamente, ao dizer que não queria prejudicar seu trabalho. E a vida, a carreira, a auto-estima e o trabalho de Vinucius?

O quarto episódio selecionado, aconteceu em Vitória, Espírito Santo, em 18 de fevereiro, quando o cabo da Polícia Militar Edson Lopes foi acusado de roubo em um supermercado, sendo obrigado por dois seguranças a retirar as roupas – e a história se repete no qual o senso comum é de que “todo preto é bandido”, determinando julgamentos e antecipação de sentenças¹⁰.

Este episódio foi muito marcante para o militar acusado. E, mais uma vez, muitas lágrimas foram derramadas. A declaração de que “queria morrer a passar por essa situação” demonstra o quão é perniciososa a experiência ao sofrer a violência racial. Recorro à Fanon (2008, p. 18) para tentar entender o sentimento de Edson (figura 10), que diz: “desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano!

Figura 10. Cabo da Polícia Militar Edson Lopes acusado de roubo em supermercado



Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-prende-suspeito-de-assaltar-mulher-que-acusou-ator-por-engano-11813209.html>

O supermercado negou a ocorrência e não houve pronunciamento público. Entretanto, o mais inusitado foi o questionamento de Edson após o incidente: “Porque

¹⁰ Disponível em: <http://www.blogbahiageral.com.br/site/geral/nacional/2014/02/policial-sofre-racismo-cabo-da-pm-diz-ter-sido-vitima-de-racismo-em-supermercado-de-vitoria>. Acessado em 10 de novembro de 2014.



eu sou negro, porque eu ando de chinelo e me confundiram com um ladrão? Talvez seja por isso”. Esta frase oculta tantas questões, algumas já foram refletidas neste artigo. A pergunta que não se pode calar: será que aconteceria se fosse um homem branco de chinelo em um supermercado? Certamente não, mas o ser negro no Brasil, automaticamente a identidade é associada à negatividade e responsáveis por atitudes ilícitas.

O último episódio a ser debatido, versa sobre o assassinato do bailarino Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como DG, de 26 anos, que fazia parte do programa “*Esquenta*” da Rede Globo, em 23 de abril de 2014.

Para a mãe de DG, Maria de Fátima Pereira (figura 11), os responsáveis pela morte foram os policiais da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora do Morro do Pavão-Pavãozinho. Este caso ilustra mais uma vez, a ação de policiais sobre a população negra pobre, em especial à juventude negra. O dançarino não morava na favela – era mero frequentador por ter laços de amizade e uma filha com uma moradora da comunidade. O jovem estava tão exposto quanto a população residente local, por isso, recebeu o mesmo tratamento que a polícia aplica à todos. Ou seja, primeiro atira e depois pergunta.

Figura 11. A imagem da revolta e da resistência de uma mãe



Fonte: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-slideshow/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-photo-1398275506641.html>

O papel da mãe de DG foi exemplar ao recusar comparecer a audiência organizada por ter se negado a ser recebida pelo governador Luiz Fernando Pezão, no Palácio da Guanabara. Foi inaugurado novo paradigma na modificação do comportamento de quem vive a violência policial no Rio de Janeiro em áreas pobres, para com as autoridades governamentais. Era comum infinitos pedidos de desculpas e oferecimento de indenização pecuniária, num ato que pode ser denominado de



cerimônia de “beija-pés”. De forma determinada, a mãe de DG, Maria de Fátima Pereira, argumentou:

“Eu não vou ao Palácio (Guanabara). O governador está querendo se projetar em cima da imagem do meu filho. Mas eu não vou deixar nenhum político fazer isso. Existem outros crimes iguais ao do meu filho que não foram solucionados, como o da servente Cláudia (que teve o corpo arrastado por uma viatura da Polícia Militar), o do Amarildo, e o do filho da Ciça Guimarães e da engenheira Patrícia Amieiro”. (apud GOMES, 2014).

Para além da polêmica, em torno do envolvimento ou não da vítima com bandidos da área, o fato é que virou regra na cultura policial a atitude de reagir com tiros, diante de qualquer incidente que fuja ao controle. E mesmo se o jovem DG fosse um bandido, o tratamento deveria ser o cumprimento da prisão e não o abatimento a tiros.

Temos acompanhando diariamente notícias de conflitos que se multiplicam pelo país. De acordo com a pesquisa do IPEA, *Vidas Perdidas e o Racismo no Brasil* (2003) apurou-se que:

Analisando os dados sobre letalidade violenta no Brasil, apontamos que a violência atinge diferentes grupos da população brasileira. No entanto, as mortes violentas – homicídios, acidentes de transporte, suicídios e outros acidentes – geram perda maior de expectativa de vida ao nascer para os homens e, dentre estes, para os negros. (IPEA, 2003, p. 14).

Poderiam ser citados inúmeros episódios para ampliar o estudo e aumentar a consternação sobre os conflitos raciais na atualidade. O da cabeleireira em Sorocaba, no dia 19 de abril de 2014, chamada de macaca¹¹ é mais um. O caso da manicure no Distrito Federal, no dia 14 de fevereiro de 2014, a australiana Loise Stefani Garcia tem 30 anos, disse que não queria ser atendida por uma profissional de “raça ruim”, no momento no qual era a única profissional disponível. Poder-se-ia ainda, discorrer sobre o caso da Claudia Ferreira, após ter sido baleada na favela, tendo seu corpo colocado no porta malas de uma viatura policial e posteriormente seu corpo foi arrastado por 350 metros, em 16 de março de 2014. Morta e com o corpo todo dilacerado¹² retrata uma das mais perversas ações da polícia do Rio de Janeiro.

¹¹ Disponível em: <http://www.geledes.org.br/racismo-preconceito/racismo-no-brasil/9514-movimento-contra-racismo-protesta-por-ofensas-a-cabeleireira>. Acessado em 27 de abril de 2011.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html>. Acessado em 18 de março de 2014.



Confirmando a 3ª Lei de Newton que diz: a cada ação, uma reação com a mesma intensidade em sentido contrário, surgem reações, articulações e denúncias diante destes episódios citados, organizados por ativistas dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro e do Feminismo Negro que veremos a seguir.

O ATIVISMO

Em reação às práticas racistas, os movimentos sociais reagem continuamente em busca de um outro modelo de nação, mesmo que seu rearranjo ainda não esteja definido. As inúmeras lutas empreendidas pelas populações oprimidas, em especial as negras, que contrariam a crença da existência de harmonia entre os diferentes grupos raciais. Demonstram também que a contestação ao modelo dominante era – e ainda é – uma constante e importante ação política, como foi a Revolta dos Malês, a dos Alfaiates, a Cabanagem, a Sabinada e a Balaiada, dentre outras (Carvalho, 2003), nas quais a presença de negros e negras foi marcante, assim como do trabalhador explorado. Tais exemplos ilustram um ativismo remoto.

O conjunto de levantes, negociação e conflito (Reis, 1989) em busca de mudança na relação entre dominador e dominado demonstram que o problema no Brasil não estava apenas na luta de classe, Ferreira (2003) em Diáspora na América Latina, corrobora as afirmações em Hall (2003) ao refletir que:

Desde o período da escravidão no Novo Mundo, os africanos negros deportados e seus descendentes conseguiram através de diversas formas de luta, abertas ou encobertas construir espaços fora ou nos interstícios do sistema dominante, seja no médio rural ou no médio urbano resignificando ruas, bairros e esquinas, onde as práticas rituais teriam na música, no canto e na dança seus aspectos simbólicos e significativos mais importantes. O primeiro tipo de espaço, de busca de propostas de vida livre, compreende as comunidades negras rurais conhecidas no Brasil como quilombos, denominadas cumbes na Venezuela, palenques em Cuba e na Colômbia, freevillages na Jamaica e bush societies no Suriname. O termo cimarrón (cimarrones no plural) equivalente a quilombola atravessa a América Latina toda significando a busca da liberdade, a rebelião e a resistência contra a opressão. Nesses espaços libertários se reconstruíam e transformaram diferentes códigos culturais africanos. (Ferreira, 2003, p. 03).

As ações de denúncias realizadas pelo Movimento Negro e por ativistas do Feminismo Negro sempre afirmaram – e afirmam – a identidade negra, denunciam o



racismo sistematicamente e pressionam por punições dos infratores. Em suas trajetórias refutam a noção de harmonia entre as raças no Brasil, que Nascimento (1982) ressalta:

A “democracia racial”, contudo, não conseguiu até agora esconder as favelas, cortiços, mocambos, alagados: as várias manifestações de *ghettos* afro-brasileiros. Tampouco consegue esconder a efetiva discriminação racial existente no mercado de trabalho e emprego, e nem o fato da constante e racista violência policial sofrida pela comunidade negra. Essa democracia racial não pode negar que a grande maioria de presos “comuns” são negros, presos por razões políticas: por crimes de subsistência resultantes das péssimas condições de vida impostas pelo racismo e o capitalismo monopolista, ou simplesmente pelo crime de ser negro. (Nascimento, 1982, p. 30-31).

A agenda negra tem recomendado propostas ao Estado para a criação de ações que promovam a qualidade de vida de negras e negros brasileiros com fins à redução das desigualdades e do racismo. Como exemplo, Nascimento (1982) resgata a Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro realizado no Rio de Janeiro, em 1950:

“Os Negros Brasileiros, reunidos no seu primeiro Congresso de âmbito Nacional, promovido pelo Teatro experimental do Negro, identificados com os destinos de sua Pátria, em todas as suas vicissitudes, como elemento integrante e solidário do povo, e no desejo de se confundirem cada vez mais nesse todo de que são parte, declaram: O abandono a que foi relegada depois da abolição e a estrutura econômica e social do País são as causas principais das atuais dificuldades da camada de cor da nossa população. Os problemas do negro são apenas um aspecto particular do problema geral do povo brasileiro, de que não será possível separá-los sem quebra da verdade histórica e sociológica. Dessa maneira, considera este Congresso necessários, a fim de remediar tal situação, o desenvolvimento do espírito associativo da gente de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo, e, em geral, a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual.” (Nascimento, 1982, p. 293).

Grande parte das recomendações apresentadas há 66 anos, até hoje não foram atendidas em sua totalidade. O que levou Nascimento (1982, p. 09) afirmar que: “os problemas apresentados, as questões levantadas, as propostas emitidas, continuam até hoje sem resposta e sem solução”.

As diferentes ações de pressão e tensionamentos políticos culminaram na implementação de políticas pontuais tais como: a instituição de Cotas Raciais para o acesso ao ensino superior; a legislação para a demarcação de terras Quilombolas; a promulgação da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana; a implementação do Estatuto da Igualdade Racial; a formulação da



Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; dentre outras, que certamente poderão provocar mudanças a médio e longo prazo, com a ressalva sobre a importância quanto ao monitoramento, a avaliação no momento de formulação à implementação e desenvolvimento.

O ativismo para algumas mulheres negras na década de 1970 foi demarcado por debates intensos sobre a organização das mulheres e dos negros no Brasil, com foco nas especificidades. De um lado, as mulheres negras ao participar do Movimento Feminista detectavam que as diferenças entre elas não eram contempladas nas bandeiras, ações e nos discursos anti-racistas. Lembro-me da crítica feita pelas feministas negras às feministas brancas, em relação ao Programa Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM – que fazia o controle da natalidade no país, mais especificamente nas favelas e no Nordeste. Para as moradoras destas comunidades, aquele serviço era a única fonte de acesso aos métodos contraceptivos, uma vez que não existiam políticas públicas universais com tal finalidade. Esse serviço era subsidiado por agências como o Banco Mundial, a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller e encontrava grande resistência pelas feministas brancas e, não obstante, as feministas negras também tinham seus questionamentos, no entanto, na ausência de serviço similar, defendiam a permanência do mesmo.

Em relação à participação das mulheres negras no Movimento Negro debates sobre as relações de gênero não eram contemplados, uma vez que a participação nesses espaços públicos se restringia à arrumação das salas e convocatórias para reunião e, evidente, de secretariar as reuniões, encontros e eventos (LEMOS, 1997): Assim, inúmeros conflitos ocorreram – e ainda acontecem –, fazendo com que as instituições específicas de mulheres Negras fossem impulsionadas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como reação radical ao panorama existente.

Diante desses dois polos incongruentes, Feminismo Branco e Movimento Negro, o Feminismo Negro toma forma e se estrutura, nesse período, chegando ao auge nos anos 1980, potencializado com a criação de diversas ONGs de mulheres negras, que iriam se avolumar nos anos 1990. Como exemplo REMUNIA – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (1978), Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP (1982), NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ (1983), Maria Mulher – Organização de Mulheres/Porto Alegre/RS (1987), Geledes (1988), IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP (1999), CRIOLA (1992), E'LÉÉKÒ (1996), dentre outras.



Na pesquisa de Santos (2009, p. 283) encontra-se o resgate do papel das ONGs – Organizações Não-Governamentais – de mulheres negras no Brasil identificando-as como uma ação política vital, no que se refere à mobilização nacional e internacional das mulheres negras – bem como em relação aos atores sociais e instituições –, dando solidez ao conhecimento sobre as formas pelas quais o racismo operava historicamente pelo mundo.

O racismo, o sexismo e a exploração capitalista foram denunciados. E, assim, o debate acerca da ação política das mulheres negras passou a ocupar as esferas públicas, mesmo que negligenciado por muitos governantes.

A realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida em 18 de novembro de 2015, sob minha perspectiva, corresponde ao ápice do ativismo das mulheres negras, quando mais de 50 mil mulheres, oriundas de diferentes regiões do Brasil, marcharam com o intuito de expor e denunciar os problemas vividos no Brasil.

A Marcha foi organizada por ativistas do Feminismo Negro, do Movimento das Mulheres Negras, por aquelas que fazem parte de entidades mistas do Movimento negro, as que participam de Sindicatos e Organizações Religiosas, dentre outras.

O objetivo da Marcha, além da afirmação das mulheres negras, procurou dar visibilidade às demandas por políticas públicas e renovar as lutas, com ênfase na crítica das desigualdades de gênero, raça e classe e demais interseções. (LEMOS, 2015). Sabe-se, no entanto, que o caminho é longo para construir uma nação que incorpore em suas estruturas as demandas da população negra, na diversidade de gênero, classe e orientação sexual, contemplando todos os seus direitos: humanos, civis, econômicos, sociais e políticos.

O ativismo busca exatamente a realização prática daquilo que a militância idealiza. Fazendo uma licença poética em King (1963): *Eu tenho um sonho* em ter um Brasil para chamar de meu!

POR UM BRASIL PARA CHAMAR DE MEU!

Uma nova ordem humana, social, civil, política, econômica e cultural se faz necessária na sociedade brasileira para repactuar políticas que possibilitem a existência plena para a população negra. Urge o respeito à humanidade de cada indivíduo, visando construir



as bases para relações alicerçadas em princípios da igualdade, da ética e da democracia racial. Tem-se presenciado diversos episódios de desrespeito, que confirmam a urgência na ampliação do debate sobre nação, com a meta de não só repensar eventos pontuais, como puní-los de forma exemplar e, assim, caminhar para eliminar mecanismos estruturantes das desigualdades e do racismo.

O momento é propício para o Estado brasileiro ousar mais e atender às reivindicações das mulheres e homens negros, uma vez que parece existir convergência sobre a necessidade de mudanças no quadro atual que sustentam barreiras discriminatórias - muitas vezes consideradas invisíveis – reais para quem vive o cotidiano de ser negro e negra nesta sociedade.

Faz necessário combater, sistematicamente, a cultura racista universalizada, que de acordo com Telles (2012, p. 181), “a raça é um componente demarcador e (re) afirmador das desigualdades no Brasil e da situação do negro brasileiro, que se desdobra com seus efeitos e causas para a população brasileira como um todo”. E, como disse Gonzalez (1985, p. 01):

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionalidade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra.

E um dos desafios para a incorporação dos signos da população negra na sociedade como um todo, passa, obrigatoriamente, em sua inserção na disputa política. Diante da constatação da baixa representação das mulheres negras no acesso à cargos legislativos, é premente ampliar a presença negra no interior dos partidos políticos, através da instituição de cotas raciais – a de gênero já existe –, não só na garantia de legenda para as candidaturas, como também, no acesso igualitário dos recursos financeiros, do Fundo Partidário, em busca da vitória na corrida eleitoral.

Apesar dos avanços na implementação de determinadas políticas públicas, o racismo parece não perder o fôlego, ser negra no Brasil é ter o cotidiano impregnado por ações de violência simbólica, física e psicológica. Tem-se a impressão do



recrudescimento e da atualização do racismo, talvez por maior rapidez na veiculação de episódios racistas. Os organismos de promoção da igualdade racial tem sido esferas sem poder que pouco realizam para a reversão da realidade atual sinalizando, assim, para profundas reformulações em suas conformações.

Outro ponto fundamental refere-se a urgência em ampliar e implantar programas e projetos com foco na educação inclusiva, em todos os níveis e modalidades de ensino.

No que se refere ao acesso à justiça é vital que as legislações sejam cumpridas e no caso de racismo, que sejam mais rigorosas com a garantia de punição aos agressores e agressoras. Algumas políticas públicas necessitam serem revistas e outras devem ser criadas, para o fim do racismo institucional, da discriminação no mercado de trabalho, da violência doméstica e obstetrícia e outros tantos problemas vividos pelas mulheres negras.

Uma nova ordem precisa ser estabelecida na sociedade brasileira, para que seja repactuada a vida, respeitando a humanidade de cada um e não seja um sonho, mas sim uma realidade possível e próxima,, como poetizou Lopes (1996) e, enfim, termos um Brasil para chamar de nosso:

Hoje, Cassul, nossas mulheres
– os negros ventres de veludo –
Manufaturam, de paina, de faina
Os travesseiros
Onde nossos filhos,
Meninos como você, Cassul-Buanga,
Hão de sonhar um sonho tão bonito...
Porque Zâmbi mandou. E está escrito.

REFERÊNCIAS

ADNEWS. *Riachuelo comenta acusação de racismo em propaganda*. Disponível em: <http://www.adnews.com.br/publicidade/riachuelo-comenta-acusacao-de-racismo-em-propaganda>. Acessado em 11 de março de 2014.

ALENCAR, José. *Iracema*. Disponível em: http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Iracema_de_jose_de_alencar.pdf. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BID. Ideação. *O efeito do dinheiro, gênero e raça no resultado eleitoral*. In OZEMELA, Luana e ROZA, Vivian. Disponível em: <http://blogs.iadb.org/ideacao/2015/05/12/o-efeito-dinheiro-genero-e-raca-resultado-eleitoral/>. Acessado em 25 de janeiro de 2016.



BRASIL, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*. Daniel R. C. Cerqueira (DIEST/IPEA) e Rodrigo Leandro de Moura (IBRE/FGV). IPEA. Brasília, 2013, Nº 10.

_____. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, Periódicos. I. IPEA, 2000, v. 21 - (jun. 2013). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf.

Acessado em 25 de janeiro de 2015.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: IPEA, 2013. p. 160. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978&catid=336. Acessado em 25 de janeiro de 2014

_____. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*. Brasília, 2013.

_____. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 1. imp. Brasília: SPM, março 2015 (b). 181p. Disponível em: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf. Acessado em 10 de agosto de 2015.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 16ª ed.

CANAL, Guilherme. *Árbitro Chora após episódio de racismo no RS: “Pensei no meu filho”*. Porto Alegre. O RBS TV, 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/rs/noticia/2014/03/arbitro-chora-apos-episodio-de-racismo-no-gauchao-pensei-no-meu-filho.html>. Acessado em 10 de outubro de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEUS, Zélia Amador. *Os Regidos pelo Signos da Violência: as dores do racismo e da discriminação racial*. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém – Pará, 2010.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FERREIRA, Luiz. *A Diáspora Africana na América Latina e o Caribe*. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-diaspora-africana-na-america-e-no-caribe-artigo-luis-ferreira.html>

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo. Global. 2006.

GATES JR, Henry. *Os Negros na América Latina*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.



GOMES, Marcelo. *Mãe de dançarino recusa convite do governador*. São Paulo. O ESTADÃO, 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mae-de-dancarino-recusa-convite-do-governador-do-rio,1158557>. Acessado em 10 de março de 2014.

GONZALEZ, Lélia. A democracia Racial: uma militância. *Revista Uapê* – Revista de Cultura. Nº 02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985). Disponível em: <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/12/depoimtuape.pdf>. Acessado em 25 de janeiro de 2014.

_____. Racismo por omissão. In Lélia Gonzalez: *O Feminismo Negro no palco da história*. Brasília: Abravideo, 2014.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. *Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/inesc-lanca-o-perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014-em-seminario-na-proxima-sexta-19-9>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

_____. *Eleições 2014: Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos*. Carmela Zigoni. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende et alii. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HUFFPOST BRASIL. *"Negrão coitado": antes de bananas, juiz já havia sido vítima de racism*. Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2014/03/07/racismo-chagas_n_4921629.html. Acessado em 10 de outubro de 2014.

KAMEL, Alli. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KING, Marti. L. *Eu Tenho Um Sonho*. 1963. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/mlk2.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2014.

MAGGIE, Yvone. *Um ideal de democracia*. Audiência Pública ADPF 186. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa>.

LEMONS, Rosalia de Oliveira. Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver. *Revista SER Social*, Brasília, v. 17, n. 36, p. 207-224, jan.-jun./2015 Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/14957/11996. Acessado em 28 de novembro de 2015.

_____. *O Feminismo Negro em Construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. UFRJ – Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1997 digitado. Disponível em: https://www.academia.edu/8587583/O_Feminismo_Negro_em_Construção_a_Organização_das_Mulheres_Negras_no_Rio_de_Janeiro. Acessado em 20 de agosto de 2014.



LOPES, Nei. *Incursões Sobre a Pele*. Rio de Janeiro: Artium, 1996. Disponível em <http://estimativa.org.br/home/index.php/aconteceu-com-estimativa/73-pretos-versos>

M'BOW, M. Amadou Mahtar. *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.992 p..

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

Manifesto da marcha das mulheres negras 2015 contra o racismo e a violência e pelo bem viver. 2014. Disponível em

http://www.mulheresdocabo.org.br/wpimagens/2014/08/manifesto_negras_site.pdf. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

MANGONE, Gerard. *Nação*. Dicionário de Ciências Sociais/ Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1987, Rio de Janeiro, 2ª ed.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: Fotografia e História Interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. 03 de dezembro de 2014.

MAURER JUNIOR, Orides. *Os grandes descobrimentos geográficos*. Blog História e Sociedade, 2012. Disponível em: <http://oridesmjr.blogspot.com.br/2012/08/os-grandes-descobrimientos-geograficos.html>. Acessado em 10 de setembro de 2014

MEMMI, A. *Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 2ª ed. O EXTRA. *Polícia prende suspeito de assaltar mulher que acusou ator por engano*, 2014. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-prende-suspeito-de-assaltar-mulher-que-acusou-ator-por-engano-11813209.html#ixzz3zJVUBM00>. Acessado em 20 de março de 2014.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012. pp.169-182.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In *Epistemologia do Sul*, p. 84. São Paulo, Cortez Editora, 2010. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. *As ONGs de mulheres negras no Brasil*. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SOUZA, Jamil. Blog Bahia Geral, 2014. *Policial sofre racismo: Cabo da PM diz ter sido vítima de racismo em supermercado de Vitória*. Disponível em <http://www.blogbahia geral.com.br/site/geral/nacional/2014/02/policial-sofre-racismo-cabo-da-pm-diz-ter-sido-vitima-de-racismo-em-supermercado-de-vitoria>. Acessado em 16 de junho de 2014.



TELLES, E. E. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Tradução para o português de Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em agosto de 2012. Disponível em: <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/livro-O-Significado-da-Raca-na-Sociedade-Brasileira.pdf>. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

ZH GAUCHÃO. *Márcio Chagas deixa a arbitragem e será comentarista exportivo*. 2014. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gauchao/noticia/2014/04/marcio-chagas-deixa-arbitragem-e-sera-comentarista-esportivo-4483114.html>. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

Wikipédia, *Da cor do pecado*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Da_Cor_do_Pecado. Acessado em 14 de outubro de 2014.

YAHOO BRASIL. *As melhores fotos do dia - 23 de abril de 2014*. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-slideshow/as-melhores-fotos-do-dia-23-de-abril-photo-1398275506641.html>. Acessado em 14 de outubro de 2014.

*Recebido outubro de 2015
Aprovado janeiro de 2016*